

## O SURDO E O ENSINO DE LÍNGUA DE SINAIS: DIFERENÇA OU DEFICIÊNCIA?

Autora: Edna Ranielly do Nascimento Fernandes; Co-autor: José Leonardo Fernandes de Souza.

(Universidade Federal de Pernambuco - Bolsista CAPES\Mestrado em Linguística – PPGL. E-mail: [niellynascimento00@gmail.com](mailto:niellynascimento00@gmail.com); Universidade Estadual da Paraíba – Graduação em Letras. E-mail: [leonardofersou@hotmail.com](mailto:leonardofersou@hotmail.com).)

**Resumo:** A história dos surdos é perpassada pela cultura e pela língua num processo de avanços e retrocessos. Para compreendê-la mais facilmente, é viável recorrermos a estudos que se comprometam com os aspectos sócio-históricos e culturais desse grupo social. Nosso objetivo geral é analisar as principais abordagens/metodologias educacionais direcionadas aos surdos. Utilizamos a metodologia qualitativa, a pesquisa bibliográfica e recortes de entrevistas semiestruturadas (LIBERALI e LIBERALI, 2011). O objetivo proposto foi alcançado, dado que, analisamos as abordagens e constatamos que a abordagem/metodologia bilíngue é a mais eficaz, haja vista que, ela respeita a cultura do surdo; valoriza a Língua de Sinais como língua natural (L1) do surdo; e, constrói seus alicerces nos parâmetros da diferença e não da deficiência.

**Palavras-chave:** Surdo; Língua; Deficiência e Diferença.

### 1. INTRODUÇÃO

Ao nos debruçarmos sobre a história dos surdos, percebemos que ela é marcada por tensões/conflitos e que não sabemos, ao certo, se estamos vivenciando tempos de avanços ou retrocessos.

Diante desse cenário conflituoso, acreditamos fazer-se necessário propor estudos que interliguem língua e cultura, dessa forma, teremos uma noção mais clara sobre qual abordagem e metodologia de ensino de língua é mais eficiente para a educação dos surdos. Defendemos a hipótese de que, olhar a língua como um artefato cultural, nos ajuda a compreender o lugar da Língua de Sinais (LIBRAS)<sup>1</sup> na vida e educação dos surdos.

Este artigo tem como objetivo geral analisar as principais abordagens/metodologias educacionais direcionadas aos surdos. Temos também alguns objetivos específicos que precisam ser mencionados, tais como: pontuar os aspectos positivos ou/e negativos de cada abordagem/metodologia de ensino de línguas; defender teoricamente a abordagem e

---

<sup>1</sup> Língua Brasileira de Sinais, no caso do Brasil.

metodologia bilíngue na escola; ressaltar a prática bilíngue como meio de valorização das diferenças culturais (em especial as linguísticas); ilustrar, a partir da visão do surdo, o que significa a Língua de Sinais e a Cultura surda e auxiliar na desconstrução da ideia de deficiência atrelada aos surdos.

## **2. METODOLOGIA**

A proposta desse trabalho assume um viés qualitativo, dado que não recorremos “[...] à matemática para a compreensão dos fenômenos sociais”. O estudo a qual nos propomos está muito mais para o campo dos significados e da subjetividade humana; da não quantificação e da valorização da interpretação (LIBERALI e LIBERALI, 2011, p. 20).

Assumiremos, ainda, a pesquisa bibliográfica:

A pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. Existem porém pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta (FONSECA, 2002, p. 32).

Como é possível notar, através da citação acima, utilizaremos os estudos já produzidos sobre a temática para concretizar este trabalho. Além disso, manusearemos recortes de entrevistas semiestruturadas (LIBERALI e LIBERALI, 2011), realizada pela Revista Virtual de Cultura Surda: Editora Arara Azul, com a pedagoga surda Karin Strobel, em 2008. Tal recorte funciona como uma espécie de articulador entre o discurso real e prático da pedagoga com o embasamento teórico utilizado.

## **3. RESULTADOS E DISCUSSÃO: História dos surdos e as Abordagens/Metodologias de ensino de língua**

O que precisamos apontar, inicialmente, é a inviabilidade de discutir alguns pontos históricos dos surdos sem mencionar aspectos linguísticos, dado que, a história desse público está ligada a duas vertentes: o oralismo e o não oralismo. Na Antiguidade, por exemplo, o surdo

era condenado ao silêncio numa sociedade onde a oralidade era tida como o único meio de efetuação da língua.

Na Antiguidade, passando pelos gregos, pelos romanos e pela igreja de Santo Agostinho até a Idade Média, os surdos eram considerados seres inferiores e, portanto, não tinham chance de “salvação”. Este quadro só seria revertido a partir do século XVIII, quando a unanimidade acerca da oralização do surdo começa a ser quebrada, abrindo-se, a partir daí, uma brecha para a diferença que mais tarde separaria oralistas de não oralistas (SILVA e NEMBRI, 2010, p.19).

Ao ler a citação acima, construímos uma ponte entre o que é dito e o título desse artigo, isto é, interpretamos que a sociedade da antiguidade não conseguia visualizar as diferenças dos surdos (em especial as linguísticas/comunicativas), mas as suas características que fugiam da “normalidade”; por isso viam diante de si um deficiente e não o diferente.

O Renascimento usou anões, corcundas e deformados como espetáculos. O Iluminismo com a visão legitimadora da ciência defendeu a higienização social e isolou a “anormalidade” com a finalidade de reabilitar ou curar (SÁ, 2006, p.70-71).

Observe como o texto de Sá (2006) vai ao encontro do texto de Silva e Nembri (2010), a tal ponto que conseguimos identificar claramente o tratamento desumano e a percepção de deficiência para com os surdos. Tanto no período da antiguidade quanto na fase do Renascimento e do iluminismo, a busca por um padrão ideal era constante e, todo aquele que fugia dessa utopia precisava ser eliminado, usado como espetáculo do ridículo ou “reabilitado/curado”.

Somente a partir do século XVIII é que surgem as informações sobre os surdos em situações educacionais. A história moderna dos surdos geralmente começa em Paris, em 1756, quando um padre se interessa por um grupo de crianças surdas e passa a instruí-las em uma pequena escola que veio a crescer, recebeu apoio real e tornou-se uma instituição de fama internacional. (SÁ, 2006, p.71).

Algumas barreiras educacionais começam a ser desconstruídas a partir das ações educativas propostas pelo padre Charles M. de L’Epée. Nós podemos citá-lo como o primeiro professor de surdos que estabeleceu uma proposta de ensino permeada por gestos e pelo visual. Podemos considerar as propostas de L’Epée como um

avanço na educação dos surdos, se atentarmos para o fato de que juntar pessoas surdas em um mesmo local fez com se desenvolvesse a cultura linguística dos surdos, ao mesmo tempo em que reforçou a identidade desse público. Porém, não nos cabe aqui citar heróis, dado que, as propostas do padre também tinham um caráter excludente, afinal, as crianças eram isoladas do resto da sociedade; sua metodologia de ensino não abarcava a Língua de Sinais, mas uma variação de gestos manuais<sup>2</sup>.

Em 1880, a história dos surdos foi marcada pelo que consideramos um dos maiores retrocessos e apagamento cultural/identitário desses sujeitos. Foi nesse ano que ocorreu o segundo Congresso de Milão, no qual ficou instituído o oralismo como corrente de ensino de língua para os surdos.

Durante muito tempo as discussões a respeito da educação de surdos são impregnadas de uma visão médico-clínica. Essa postura foi assumida pela filosofia oralista, que acredita na normalização, preconizando a integração e o convívio dos portadores de surdez com os ouvintes somente através da língua oral. Com a busca da equivalência ao ouvinte, prioriza-se o ensino da fala como centralidade do trabalho pedagógico. A metodologia é pautada no ensino de palavras e tais atitudes respaldam-se na alegação de que o surdo tem dificuldade de abstração. Aprender a falar tem um peso maior do que aprender a ler e a escrever. Assim, o surdo é considerado como deficiente auditivo que deve ser curado, corrigido, recuperado. (SALLES et al, 2004, p.55).

É notável, nessa concepção, o quanto não há espaço para uma linguagem que valorize os surdos, pois a tendência é forçá-los a se inserir numa perspectiva educacional que não os representam. O Oralismo não se preocupa com as diferenças comunicativas dos surdos, mas com a “reabilitação” ou “cura” de uma “deficiência” que consideram clínica/patológica.

No Brasil, é constatado que a grande maioria dos surdos submetidos ao processo de oralização não fala bem, não faz leitura labial, nem tampouco participa com naturalidade da interação verbal, pois há uma discrepância entre os objetivos do método oral e os ganhos reais da maioria dos surdos. Apenas uma pequena parcela da totalidade de surdos apresenta habilidade de expressão e recepção verbal razoável. (SALLES et al, 2004, p. 55-56).

---

<sup>2</sup> A utilização das mãos e dos mecanismos visuais tem seus prós e seus contras. É positivo por que estabelece uma linguagem mais próxima do surdo, contudo, é negativa porque não se fazia uso da Língua de Sinais propriamente dita.

A abordagem oralista não somente trata a surdez como uma deficiência que precisa ser “curada”, como ela ainda é mais nociva ao exigir do surdo um treinamento que o leva a exaustão e, raramente, surte algum efeito, afinal, não há de fato uma metodologia de ensino de língua, mas um treinamento articulatório-físico totalmente descontextualizado e artificial.

Em meados do século XX, a dificuldade de sociabilidade dos surdos, a oralidade insatisfatória e os baixos índices de aprendizagem (leitura e escrita) – provocadas pela abordagem oralista acarretou o surgimento de uma nova abordagem e metodologia de ensino de língua: a Comunicação Total que consistia no uso de práticas diversas, “língua oral, manualizada, gestos, fragmentos de língua de sinais” (SÁ, 2006, p.78).

Para a Comunicação Total, qualquer meio de efetivação da comunicação dos surdos é válido, desde a língua oral até os gestos ou Língua de Sinais. O surdo deixa de ser um deficiente para constituir-se enquanto ser humano dotado de diferenças.

Longe de considerá-lo como portador de uma patologia de ordem médica. Entende o surdo como uma pessoa, e a surdez como uma marca [...]. Não exclui técnicas e recursos para: estimulação auditiva, adaptações de aparelho de amplificação sonora individual, leitura labial, oralização, leitura e escrita. Acrescente-se [...] que [...] estará incluindo [...] uma completa liberdade na prática de quaisquer estratégias que permitam o resgate da comunicação, total ou parcialmente, bloqueada [...] seja pela linguagem oral, seja pela de sinais, seja pela dialetologia [...]. (CICCONE, 1996, p.6).

É preciso reconhecer que essa abordagem possibilitou avanços consideráveis, pois, ao contrário do Oralismo, a Comunicação Total enxerga o surdo como uma pessoa intrincada em relações sociais e não como um mero paciente ou portador de uma doença patológica. Da primeira para a segunda filosofia podemos constatar, também, avanços nos recursos de aprendizagem, já que, a primeira preza apenas pelo oral, enquanto a segunda valoriza todo e qualquer recurso que possibilite a comunicação e aprendizagem dos surdos.

Apesar de ultrapassar algumas barreiras oralistas, a Comunicação Total é alvo de algumas críticas. A principal delas se refere exatamente à amplitude de recursos de aprendizagem, isto é, conforme Silva e Nembri (2010), “falar e sinalizar duas línguas simultaneamente, de modo efetivo, é impossível; sempre se terá um modelo de entremeio, no qual nem se aprende a Língua de Sinais em sua plenitude, nem a língua majoritária (oral ou escrita)”. No caso do Brasil, os sinais são utilizados com características do português, ou seja, o surdo nem aprofunda a compreensão na sua

modalidade de língua, nem aprofunda a compreensão na língua do ouvinte. O que se conclui é que a Comunicação Total permite o uso de sinais, porém, eles servem apenas como mediador da aprendizagem da língua oral, ou seja, o foco continua a ser a oralidade.

Diante dos entraves e das lacunas deixadas pelo Oralismo e pela Comunicação Total, surge uma nova abordagem e metodologia de ensino de língua – proposta por linguistas, psicólogos, antropólogos e educadores – denominada “Bilinguismo”.

A educação bilíngue [...] é uma proposta de ensino que preconiza o acesso a duas línguas no contexto escolar, considerando a língua de sinais como língua natural e partindo desse pressuposto para o ensino da língua escrita. A proposta bilíngue busca resgatar o direito da pessoa surda de ser ensinada em sua língua, a língua de sinais, levando em consideração os aspectos sociais e culturais em que está inserida (SALLES et al, 2004, p.57).

O Bilinguismo defende o ensino de duas línguas: a Língua de Sinais e a Língua majoritária na modalidade escrita, no entanto, elas não podem acontecer de modo simultâneo. Primeiro a Língua de Sinais precisa ser tomada, de modo teórico-prático, como a língua natural dos surdos (L1) e, só depois da aprendizagem da língua de sinais, é que o surdo deverá ter acesso a Língua Portuguesa (L2), no caso do Brasil, na modalidade escrita.

O interesse do Bilinguismo não se resume apenas em estabelecer uma comunicação efetiva, mas propor um ensino de língua pautado nas relações sociais e culturais dos surdos, por isso, faz-se primordial a utilização da LIBRAS como L1, tendo em conta que, ignorar a Língua de Sinais significa impor um apagamento identitário e uma negação das diferenças, sejam elas no campo cultural ou social.

O objetivo central da Educação Bilíngue é que:

[...] a criança surda possa ter um desenvolvimento equivalente ao verificado na criança ouvinte, e que possa desenvolver uma relação harmoniosa também com ouvintes, tendo acesso às duas línguas: a língua de sinais e a língua majoritária. Pode-se dizer que educação bilíngue ainda é recente, pois sua aplicação não é simples, exige cuidados especiais, formação de profissionais habilitados, intérpretes e nem sempre é possível conseguir todas essas exigências. A filosofia bilíngue possibilita também que, dada à relação entre o adulto surdo e a criança, esta possa construir uma autoimagem positiva como sujeito surdo, sem perder a possibilidade de se inteirar numa comunidade de ouvintes. (MOURA, 2000, p.105).

Diante do exposto, percebemos que o Bilinguismo não é uma filosofia de separação, de

ruptura entre comunidade ouvinte e comunidade surda. O que a abordagem propõe é que os surdos tenham o direito de utilizar a sua língua sem simplificação ou modificação e possa, também, ter acesso a Língua Portuguesa na modalidade escrita, em razão dela funcionar como uma segunda porta de diálogo entre surdo e ouvinte. O surdo precisa dialogar com a cultura ouvinte sem ter a obrigação de dissipar o seu “eu”, afinal, muitos aspectos da sociedade ouvinte também lhe diz respeito, ao mesmo tempo em que muitas características lhe são peculiares.

Mediante todas as discussões já realizadas, acreditamos que o Bilinguismo é a opção mais viável de ensino de língua para os surdos, se considerarmos que ela possibilita a aprendizagem de duas línguas (L1 e L2) cada qual no tempo oportuno e com a profundidade necessária. A abordagem Bilíngue é importante, também, pela carga Multicultural e intercultural que ela carrega, isto é, ela não apenas valoriza a Língua de Sinais, como propõe um intercâmbio cultural entre surdos e ouvintes, acoplados em diferentes eixos culturais: raça, gênero, classe etc.

É preciso ter em mente que a(s) cultura(s) surda(s) se traduz(em) por mecanismos visuais: sua língua, seu modo de sentir, de ler e de se relacionar com o mundo. O campo de forças subjetivas culturais é minado no Oralismo, haja vista que a Língua portuguesa oral, para os surdos, não presentifica o ausente; não funciona como contrato simbólico; afinal, eles não têm nenhum suporte gesto-visual que possibilite o diálogo entre a sua leitura de mundo e a realidade linguística dos ouvintes. Na Comunicação Total os surdos conseguem estabelecer uma melhor comunicação, porém apresentam dificuldades na leitura e escrita. Ao que parece surdo e ouvinte conseguem fazer decodificações simplificadas, porém, tanto o primeiro quanto o segundo não conseguem adentrar no universo cultural do outro, dado que, falta a ambos utilizar a lente do outro nos seus próprios olhos para criar o simbólico. No Bilinguismo essa relação entre o “eu” e o “outro” é estabelecida de modo mais harmônico e coerente, basta ver o processo intercultural que ele provoca. A perspectiva intercultural:

É a promoção deliberada da inter-relação entre diferentes grupos culturais presentes em uma determinada sociedade. [...] Rompe com uma visão das culturas e das identidades culturais. Concebe as culturas em contínuo processo de elaboração, de construção e reconstrução. Certamente cada cultura tem suas raízes, mas estas são históricas e dinâmicas. Não fixam pessoas em determinado padrão cultural engessado. [...] na sociedade que vivemos os processos de hibridização cultural são intensos e mobilizadores da construção de identidades abertas, em construção permanente, o que supõe que as culturas não são puras (CANDAUI, 2008, p. 22-23).

Se assumirmos a ideia de que a identidade cultural não é estática e que ela é um processo em constante construção/reconstrução, entenderemos como o ensino de língua pela abordagem bilíngue é importante, dado que, apesar do surdo e do ouvinte compartilhar uma mesma raiz cultural referente à identidade Brasileira, eles apresentam diferenças que devem ser valorizadas.

O Bilinguismo, ao defender a Língua de Sinais como L1, quebra um padrão cultural engessado e permite que seja valorizado um novo modo de criar uma ordem simbólica. Ao propor que a Língua Majoritária seja ensinada como L2, permite que o surdo possa conversar com a cultura ouvinte através de outras modalidades linguísticas, afinal, não podemos exigir uma educação exclusivamente gesto-visual, pois a cultura seria novamente engessada. Estaríamos, portanto, caindo, no mesmo erro do oralismo que defende o uso exclusivo da fala.

Para finalizar esse tópico e para dar voz aos próprios surdos, trazemos um recorte de uma entrevista realizada pela Editora Arara Azul com a pedagoga surda (Karin Strobel).

É uma benção de Deus em existir uma língua visual, com expressão corporal. Esta língua me abriu as portas para o mundo surdo e também de ouvintes [...]. Acredito que Libras também é uma porta para a interculturalidade entre os surdos e os ouvintes, pois os sujeitos surdos necessitam de intérpretes, família, amigos e professores que os entendam (STROBEL, 2008, *on-line*).

Nesse primeiro momento a pedagoga responde o que a Língua Brasileira de Sinais representa para ela: LIBRAS é o meio pelo qual ela lê o seu mundo e o do ouvinte; é o instrumento que promove a interculturalidade e a alteridade entre surdos e ouvintes. Por isso não se deve excluir nem uma língua nem outra, desde que o ensino seja promovido na sua ordem correta. A seguir Strobel discursa sobre a cultura surda.

A cultura surda se refere a comportamentos, valores, regras e crenças, que permeiam e "preenchem" nas comunidades surdas. Dentre os artefatos principais da cultura surda estão às experiências visuais e as linguísticas que são essenciais para o povo surdo. A cultura surda também pode incluir a história dos surdos, as piadas em língua de sinais e expressões faciais/corporais, a literatura surda, a arte surda [...]. (STROBEL, 2008, *on-line*).

Nesse segundo trecho, a entrevistada deixa claro o quanto considera as especificidades culturais da comunidade surda, ao mesmo tempo em que aponta a língua e a visão como principais artefatos culturais.

Apesar do surdo, como já foi dito, desenvolver sua identidade cultural sob o viés de alguns valores da comunidade ouvinte, ele também se vê imbricado por organizações sociais, produções culturais e percepções linguísticas distintas.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

No início desse artigo foi mencionado o quanto a história dos surdos é marcada por tensões/conflitos e o quanto somos perpassados pela incerteza de avanços ou retrocessos. De fato, é comum tal incerteza, posto que as discussões que foram propostas revelaram a instabilidade que há entre valorizar/não valorizar a identidade surda e incluir/excluir os surdos.

Diante desse ambiente conflituoso, concluímos que o diálogo entre língua e cultura, de fato, possibilita uma melhor compreensão sobre qual abordagem/metodologia de ensino de línguas é mais eficiente para os surdos, ao mesmo tempo em que, tomar a língua como um elemento cultural nos ajuda a entender o quanto é importante que a Língua de Sinais exerça o papel de Língua natural (L1) dos surdos.

Vale salientar que, os objetivos ao qual nos propomos foram alcançados, afinal, conseguimos analisar as principais abordagens/metodologias educacionais direcionadas aos surdos: Oralismo, Comunicação Total e Bilinguismo.

Temos também alguns objetivos específicos que precisam ser mencionados, tais como: pontuar os aspectos positivos ou/e negativos de cada abordagem/metodologia de ensino de línguas; defender teoricamente a abordagem e metodologia bilíngue na escola; ressaltar a prática bilíngue como meio de valorização das diferenças culturais (em especial as linguísticas); ilustrar, a partir da visão do surdo, o que significa a Língua de Sinais e a Cultura surda e auxiliar na desconstrução da ideia de deficiência atrelada aos surdos.

Através do percurso histórico obtivemos respostas coerentes sobre os aspectos positivos ou/e negativos de cada abordagem/metodologia (Oralismo, Comunicação Total e Bilinguismo) de ensino de línguas. Atentamo-nos para o fato de que não há positividade no oralismo, pois ele trabalha com o monopólio da língua oral e com a falta de representatividade da identidade cultural surda. A Comunicação Total é positiva por negar a surdez como patologia ou deficiência e por permitir qualquer recurso que possibilite a comunicação; é negativa por não oferecer ao surdo duas línguas de modo aprofundado.

O Bilinguismo, até hoje, é a proposta mais coerente e com maior positividade, pois, permite o aprofundamento de duas línguas no tempo e na ordem adequada: Língua de Sinais como L1 e Língua Majoritária como L2; há uma negatividade referente à escassez de formação profissional que atenda o perfil da referida abordagem.

Assinalamos, também, nesse momento, a importância que a prática bilíngue exerce na valorização das diferenças culturais, porquanto, ela é a única abordagem que: possibilita o verdadeiro diálogo intercultural entre falante e ouvinte; consegue quebrar, de modo mais intenso, a ideologia da deficiência e da intolerância as diferenças; permite que os surdos efetuem sua criação simbólica (presentificação do ausente) através da sua própria leitura de mundo (da Língua de Sinais enquanto L1).

A entrevista, publicada pela Editora Arara Azul, nos proporcionou o alcance de um dos nossos objetivos específicos: ilustrar, a partir da visão do surdo, o que significa a Língua de Sinais e a Cultura. Esse objetivo deu a esse trabalho um teor mais prático, haja vista que, saímos da mera teoria ao viabilizar a voz do próprio surdo. A entrevista de Strobell confirma a nossa ideia de que a Língua de Sinais (LIBRAS, no caso do Brasil) é muito mais que uma língua, ela é cultura em toda a sua extensividade.

Por fim, todos esses alcances nos direcionaram a concretização do nosso último objetivo específico: auxiliar na desconstrução da ideia de deficiência atrelada aos surdos, ao mesmo tempo em que faz uma retomada ao título desse artigo: O surdo e o ensino da Língua de Sinais: diferença ou deficiência?

A surdez não é uma deficiência, mas uma diferença; não é uma incapacidade ou patologia que precisa ser curada, mas uma distinção perante o que a sociedade majoritária tem como “normalidade”. Distinção essa, que adentra, principalmente, no campo linguístico, portanto, reforçamos, mais uma vez, a necessidade da abordagem bilíngue no cenário escolar.

## REFERÊNCIAS

CANDAU, V.M. Multiculturalismo e educação: desafios para a prática pedagógica. IN: CANDAU, V.M; MOREIRA, A.F. (Orgs). **Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas**. 2 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008, p. 13-37.

CICCONE, M. **Comunicação total: introdução, estratégias a pessoa surda**. 2ªed. Rio de Janeiro: Cultura Médica, 1996.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

LIBERALI, F.C; LIBERALI, A.R.A. Para pensar a metodologia de pesquisa nas ciências humanas.

**Revista das Faculdades Integradas Coração de Jesus.** Santo André, SP, v.1, n.1, p.17-33, jun./dez. 2011. Disponível em <<http://www.fainc.com.br/interfainc/revista/inter01.pdf>>. Acesso em 30 de novembro de 2017.

MOURA, M. C. de. **O Surdo: caminhos para uma nova identidade.** Rio de Janeiro: Revinter, 2000.

SÁ, N. L. **Cultura, poder e educação de surdos.** São Paulo: Paulinas, 2006.

SALLES, H.M. L, et al. **Ensino de Língua Portuguesa para surdos:** caminhos para a prática pedagógica. Brasília: MEC-SEESPE, 2004.

SILVA, A.C. NEMBRI, A.G. **Ouvindo o silêncio:** surdez, linguagem e educação. Porto Alegre: Editora Mediação, 2010.

STROBEL, K. **Entrevista com Karin Strobel concedida a Editora Arara Azul.** Revista Virtual de Cultura Surda: Editora Arara Azul.Petrópolis,RJ, v. 5, n. 3, *on-line*, nov. 2008. Disponível em <<http://editora-arara-azul.com.br/site/edicao/102>>. Acesso em 15 de Dezembro De 2017.